

1 Às 18h08min (dezoito horas e 08 minutos), do dia 04 de novembro de 2021, o
2 Presidente do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME/BH), César
3 Eduardo de Moura, abriu a 391ª Sessão Plenária deste Conselho. Pauta: 1) Abertura.
4 2) Estabelecimento de duração da reunião, conforme previsto no Regimento Interno,
5 art. 34. 3) Aprovação das Atas 388 a 390. 4) Informes. 5) Fechamento e
6 fluxo/excedências referentes à E.M. Paulo Mendes Campos. 6) Escola Aberta:
7 discussão sobre as mudanças em curso. 7) Avaliação Diagnóstica na Rede
8 Municipal de Belo Horizonte (RME/BH). 8) Acompanhamento do processo de
9 matrícula e encaminhamento dos estudantes para o ano de 2022. 9) Recomposição
10 das Câmaras Técnicas. 10) Representação do Fórum Estadual Permanente de
11 Educação. Conselheiros Presentes: Allan Oliveira Mendes, Ana Cláudia Machado
12 Gonçalves, Ananias Neves Ferreira, César Eduardo de Moura, Daniela Cristina de
13 Melo e Silva, Daise Aparecida Palhares Diniz Silva, Débora Alves Santos Ferreira,
14 Fábio Aparecido Martins Bezerra, Gabriela Camila Sales de Oliveira, João Henrique
15 do Amaral, Joaquim Calixto Filho, Juvenal Lima Gomes, Leticia de Melo Honório,
16 Marcus Vinícius Lindenber Fróes, Maria do Socorro Lages Figueiredo, Sandra da
17 Conceição Aparecida dos Santos, Vânia Gomes Michel Machado e Talita Barcelos
18 Silva Lacerda. Justificou ausência: Luciano Herique Barcellos. Membros da Secretaria
19 Executiva presentes: Alexander Gonçalves Corradi e Elise Ferreira. Desenvolvimento
20 da Plenária: 1) César Eduardo de Moura cumprimentou a todos, se apresentou como
21 o novo Presidente do CME/BH, agradecendo, sem seguida, à professora Ângela
22 Imaculada Loureiro de Freitas Dalbem – Secretária Municipal de Educação de Belo
23 Horizonte – pela indicação e confiança em seu trabalho. Destacou que no período que
24 estiver a frente da presidência do CME/BH, quer contar com a colaboração de todos
25 os conselheiros, por entender que o Conselho é construído coletivamente por todos
26 os seus membros e afirma que: *“não existe a presidência do Conselho sem a*
27 *participação de todos os conselheiros, destacando que as definições são construídas*
28 *coletivamente, para a construção de pareceres, notas técnicas, resoluções e todos os*
29 *procedimentos que são usuais deste órgão”*. Salientou que está feliz e convidou os
30 demais conselheiros para *“construírem uma trajetória de sucesso neste período”*. 2)
31 Estabelecimento do teto para término da reunião: indicou-se a referência 20h30, que
32 foi aprovado por unanimidade. 3) Aprovação das Atas 388 a 390, que colocadas em
33 votação tiveram 12 (doze) votos a favor e 02 (duas) abstenções, justificadas pela
34 impossibilidade de leitura das mesmas. Ressalta-se que a Conselheira Daise
35 Aparecida Palhares Diniz Silva ficou de encaminhar à Secretaria Executiva, no dia
36 06/11/2021, algumas correções que precisam ser feitas em uma das atas, afirmando
37 que elas não têm relação como o conteúdo, e sim questões de ortografia simples. Na
38 sequência o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenber Fróes requisitou o mesmo
39 prazo, dado à Conselheira que o antecedeu, no sentido de fazer uma revisão relativa
40 à transcrição, que mereça alguma retificação. Ato contínuo o Presidente do CME/BH,
41 pergunta ao pleno se concordam com a pauta definida pela Mesa Diretora, a saber:
42 Fechamento e fluxo/excedências; referentes à E.M. Paulo Mendes Campos; Escola
43 Aberta: discussão sobre as mudanças em curso; Avaliação Diagnóstica na RME/BH;
44 Acompanhamento do processo de matrícula e encaminhamento dos estudantes para
45 o ano de 2022; Recomposição das Câmaras Técnicas; Representação do Fórum
46 Estadual Permanente de Educação. Em seguida o Conselheiro Joaquim Calixto Filho,
47 propõe acréscimo de pauta, a saber: recomposição dos seguimentos dos pais de
48 alunos das escolas municipais e dos estudantes das escolas municipais. O Presidente
49 do CME/BH, afirma que a pauta já estava muito extensa, sugere que a proposição
50 seja encaminhada para a Mesa Diretora, que definirá a pauta da próxima plenária.

51 Conselheiro Joaquim Calixto Filho na sequência questiona se já pode fazer, hoje, a
52 solicitação de encaminhamento da pauta para a Mesa Diretora. César Eduardo de
53 Moura afirma que não vê problemas, pergunta se os demais membros da Mesa
54 Diretora presentes na Plenária estavam de acordo. Gabriela Camila Sales de Oliveira
55 e Juvenal Lima Gomes afirmam estar de acordo, já o Conselheiro Marcus Vinícius
56 Lindenberg Fróes afirma que de acordo com o Regimento Interno do Conselho o
57 Conselheiro Joaquim Calixto Filho pode pleitear a inserção do ponto na pauta nesta
58 plenária, não havendo tempo hábil para a discussão, ele deverá ser pautado na
59 próxima Mesa Diretora. Antes de se proceder a votação referente ao acréscimo de
60 ponto de pauta proposto pelo Conselheiro Joaquim Calixto Filho, o Conselheiro João
61 Henrique do Amaral pede esclarecimento acerca do que será votado. O Presidente do
62 CME/BH explicita que se for possível pautar o acréscimo solicitado na reunião hoje, o
63 faremos, caso contrário ele será levado à próxima Mesa Diretora, para que seja
64 inserida na próxima Plenária. Em seguida, solicita que os conselheiros manifestem “a
65 favor”, “contrário” ou “abstenção”. Neste momento o Conselheiro Juvenal Lima Gomes
66 faz uma questão de ordem, afirmando que por causa o formato digital, as votações
67 são feitas nominalmente, e cada conselheiro manifesta seu voto verbalmente. O
68 Presidente questiona se o voto não pode ser registrado no “chat” e a Conselheira
69 Daise Aparecida Palhares Diniz Silva afirma que no seu entendimento a votação dever
70 se manter da forma como vem sendo feita, ou seja, chamando as pessoas pelo nome
71 para declarem seu voto, pois pelo *chat* a experiência nos mostrou que não dá certo.
72 Acordada a votação e feita a chamada nominal, a proposta foi aprovada com 13 (treze)
73 votos a favor e 01 (uma) abstenção. Dando prosseguimento César Eduardo de Moura,
74 pergunta se algum conselheiro pretende apresentar informe. A Conselheira Daise
75 Aparecida Palhares Diniz Silva, destaca que na última Plenária foi aprovado um ofício
76 a ser encaminhado para Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte
77 (SMED/BH), junto com um convite, gostaria portanto, saber sobre o encaminhamento
78 desta correspondência e sua resposta. O Secretário Executivo Alexander Gonçalves
79 Corradi informa que o ofício foi feito e encaminhado, mas que não houve até o
80 momento, uma resposta. Na sequência o Presidente do CME/BH afirma que a Chefe
81 do Gabinete, Adriana Nogueira Araújo Silveira, já informou que vai providenciar a
82 resposta, que a demanda relativa às avaliações diagnósticas está contemplada na
83 pauta de hoje, com a presença da Professora Eliani Maria Brito. Na sequência a
84 Conselheira Talita Barcelos Silva, informa que há um Projeto de Lei nº 142/2021, que
85 está em tramitação na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CM/BH), de autoria
86 da Vereadora Marcela Trópia que *“Institui a Política Municipal de Prevenção ao*
87 *Abandono e Evasão Escolar no Município”*, que em algum momento precisaremos
88 discuti-lo, uma vez que vai ter um impacto no Sistema Municipal de Educação de Belo
89 Horizonte (SME/BH). Destaca que hoje foi realizada uma audiência pública, para
90 discutir o referido projeto, e que nem o CME/BH, nem outras entidades que constituem
91 o SME/BH foram convidados a participar. Salaria que é preciso que os conselheiros
92 fiquem atentos e acompanhem a tramitação do referido Projeto de Lei. Em seguida o
93 Conselheiro Juvenal Lima Gomes informa que o Fórum Estadual Permanente
94 Educação de Minas Gerais (FEPEMG) vai realizar, em março de 2022, uma
95 Conferência Estadual de Educação, que vários municípios de Minas Gerais já estão
96 realizando suas etapas Municipais, *“para analisar o Plano Estadual de Educação e*
97 *escolher os delegados que participarão da etapa estadual”*. Aponta, em seguida que
98 o Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte (FMPE/BH), realizou
99 reunião e deliberou a data 19 (dezenove) de fevereiro de 2021, para realização da
100 etapa municipal, questionou em seguida, *“se houve alguma formalização do referido*

101 *Fórum ao CME/BH, caso não tenha havido se podemos solicitar informações sobre a*
102 *data escolhida para realização da etapa municipal de Belo Horizonte, com vista à*
103 *análise do Plano Estadual de Educação para escolhermos os delegados de Belo*
104 *Horizonte que participarão da Conferência Estadual de Educação, além de outras*
105 *informações que forem pertinentes. Na sequência o presidente do CME/BH pergunta*
106 *se “a Secretaria Executiva recebeu alguma comunicação do FMPE/BH sobre essa*
107 *questão”, tendo sido informado de que não chegou nenhum comunicado. Ato contínuo*
108 *o Presidente do CME/BH solicita que seja feita uma consulta ao referido Fórum, sobre*
109 *essas questões. Finalizados os informes César Eduardo de Moura abre, inicialmente,*
110 *o tempo de 10 minutos para a discussão do ponto de pauta referente ao “Fechamento*
111 *e fluxo/excedências referentes à Escola Municipal Paulo Mendes Campos*
112 *(EMPMC)”. A Conselheira Talita Barcelos Silva Lacerda, inicia sua fala destacando*
113 *que “apresenta uma demanda vinda desde o ano de 2020, por uma realidade que a*
114 *EMPMC silenciou - compartilhada por outras escolas da Rede Municipal de Educação*
115 *de Belo Horizonte, muito em função da alteração no processo de matrícula e*
116 *cadastramento escolar, que as escolas, tanto municipais como estaduais, vivenciaram*
117 *naquele contexto”. Ressalta que houve “todo um processo de mudanças na forma*
118 *como as matrículas eram realizadas”, sendo que “anteriormente era permitido às*
119 *escolas realizar a matrícula de forma livre, ou seja, permitindo que fossem recebidas*
120 *matrículas diretamente nas escolas”. Destaca que “com a alteração na forma de*
121 *cadastramento – que foi acompanhada por muitos de nós, inclusive por notícias na*
122 *mídia - alteraram a rotina de muitas escolas (...) e as famílias acabaram tendo o*
123 *direito de matrícula restringido”. Evidência que a EMPMC passou por um processo*
124 *de mudança de endereço “em parte em ocasionada pela questão da pandemia, mas*
125 *não somente. A mudança do endereço da Escola foi muito dada devido a situação*
126 *da dita ausência de matrícula, que a Prefeitura chama de fluxo. Pontua que Escola*
127 *foi transferida, passando a funcionar em uma outra região “com um acordo de que*
128 *haveria um fluxo de uma outra região para a escola e não ocasionaria o seu*
129 *fechamento”. Destacou que a comunidade escolar (professores, famílias,*
130 *profissionais da educação) ficou muito mobilizada, principalmente no início de 2020*
131 *– a escola apareceu nos veículos de comunicação, pelo receio do fechamento, e*
132 *essa mudança do prédio foi “fruto dessa mobilização da comunidade escolar e das*
133 *famílias que escolhem a EMPMC e aderem ao Projeto Político Pedagógico que a*
134 *Escola Construiu ao longo de todos esses anos”. Afirma, em seguida, que hoje na*
135 *reunião com Maria do Socorro Lages Figueiredo (SMED/BH), Adriana da Silva Alves*
136 *Pereira (Diretora da Regional Centro Sul) e Daniela Cristina de Melo e Silva, houve*
137 *explicitação do desenho de um fluxo para a Escola. Aponta em seguida que “de acordo*
138 *atribuição 11(onze) do nosso Regimento Interno, que é parte do trabalho do Conselho*
139 *acompanhar os processos de matrícula, os processos de evasão e abandono –*
140 *processos que estão estabelecidos para a permanência da qualidade nas escolas no*
141 *município”. Assevera que “para conseguir um trabalho de qualidade é preciso garantir*
142 *uma permanência e uma segurança, para se estabelecer um trabalho com uma*
143 *determinada equipe pedagógica”. Em seguida acentua, que “o ponto de pauta foi*
144 *colocado para pontuar que é uma atribuição do Conselho fazer uma escuta destas*
145 *famílias. Em 2020 alguns conselheiros, que estão aqui, se lembram que fizemos uma*
146 *escuta, e tivemos um diálogo muito próximo com as famílias da cidade de Belo*
147 *Horizonte, por questões de matrículas, mas depois veio a pandemia e, infelizmente a*
148 *gente não pôde continuar esse debate, que é muito importante”. Afirma que “é*
149 *importante promover esse diálogo constante da população que é atendida nas escolas*
150 *de Belo Horizonte”. Finalizada a fala, o Presidente agradece à conselheira e abre para*

151 o debate, propondo três minutos para cada intervenção. Daniela Cristina de Melo e
152 Silva, cumprimenta a todos e apresenta, em linhas gerais, que o fluxo se refere aos
153 estudantes que já estão matriculadas nas escolas, que nela permanecem com a
154 inserção dos novos alunos cadastrados. Destaca que no caso da EMPMC, está sendo
155 criado um fluxo – pensando em todo percurso dos estudantes – que engloba: a Rede
156 Parceira e a Escola Municipal de Educação Infantil Vila Estrela, com o atendimento à
157 Educação Infantil; A Escola Municipal João Pessoa, com os anos iniciais do Ensino
158 Fundamental e a Escola Municipal Paulo Mendes Campos com os anos finais. Afirma
159 que *“esse movimento está sendo pensado em toda cidade – chamada jurisdição*
160 *perfeita - de forma que o público da mesma região seja atendido da infância até os*
161 *anos finais do ensino fundamental”*. Afirma que conseguiram organizar a Jurisdição,
162 de forma a criar um fluxo mais robusto para a Escola”. Salientou ainda, a importância
163 da articulação dos gestores das citadas escolas, neste momento, *“para que a família*
164 *entenda que há essa continuidade no atendimento, para que não haja evasão, que se*
165 *garanta esse fluxo*. Talita Barcelos Silva Lacerda questiona se no fluxo das
166 instituições, que foi apresentado pela Conselheira que a antecedeu, não está faltando
167 a Escola Municipal Ulisses Guimarães (EMUG). Em seguida Daniela Cristina de Melo
168 e Silva explica que a referida escola é de uma jurisdição vizinha, e que *“está sendo*
169 *cogitada a possibilidade que ela, também encaminhe crianças que finalizarem o 6º*
170 *(sexto) ano, para a EMPMC”*. Aponta que, na sua fala, explicitou qual era o território
171 específico EMPMC. Dando prosseguimento o Presidente do Conselho passou a
172 palavra para um professor da EMPMC, que se identifica como Júnior, que se posiciona
173 em defesa da manutenção da referida escola, destacando que ela tem um trabalho
174 pedagógico diferenciado, reconhecido pela comunidade escolar. Afirma que não ter
175 certeza de que Escola vai ter um fluxo garantido; que vai haver a continuidade do bom
176 trabalho que é realizado e pede que a SMED olhe para a EMPMC com carinho,
177 vislumbrando a garantia de algo que seja palpável, de que essa Escola vai continuar,
178 que seus professores vão dar continuidade aos seus trabalhos – *“é muito triste um*
179 *professor ficar excedente da noite para o dia, ter que procurar outra escola”*. Na
180 sequência, Daniela Cristina de Melo e Silva aponta foi estabelecido um fluxo de
181 continuidade de percurso escolar” e que a permanência da escola na Floresta,
182 possivelmente, não garantia que tivéssemos um fluxo robusto. Em seguida reforça
183 que as crianças ao saírem da educação infantil e já terão vaga garantida em outra
184 escola, até os anos finais. Assevera, ainda, que *“a organização da jurisdição vai*
185 *beneficiar muito toda a comunidade, os estudantes e as escolas, com a manutenção*
186 *do fluxo”*. Na sequência o presidente do CME/BH dá a palavra para Conselheiro
187 Joaquim Calixto Filho destaca que *“sempre que ouve falar que ocorreu o fechamento*
188 *de uma escola, se lembra que houve um tempo, nesse país, que os negros não*
189 *podiam estudar, da importância do acesso à educação e ao saber, como uma alavanca*
190 *de ascensão social, econômica e política de um povo”*. Pontua que *“a nossa educação*
191 *tem avançado demais e se não tivesse sido negado, ao povo negro a educação, nossa*
192 *situação estaria melhor, politicamente, economicamente e socialmente”*. Na
193 sequência afirma que tem 05 (cinco) mandatos no Conselho Municipal de Educação -
194 03 (três) como aluno, 01 (um) com suplente de pais e agora como titular representantes
195 do país – e que *“percebe que enquanto representantes de alunos e pais não*
196 *avancamos em nada”*. Pondera *“eu sozinho representando milhões de pais - nós*
197 *tiramos na Conferência 06 (seis) pais - 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes e a*
198 *gente não vê o desenvolvimento nosso. Tiramos 06 (seis) alunos - 03 (três) titulares e*
199 *03 (três) suplentes, e não vemos o envolvimento destes alunos, para que a gente*
200 *consiga chegar em uma escola para ajudar, contribuir e fazer a nossa parte, nosso*

201 *papel social*. Salaria que espera que o que a Conselheira Daniela Cristina de Melo e
202 Silva falou sobre o fluxo não venha a acarretar o fechamento da EMPMC. Destaca
203 que um dos *“papeis dos representantes de pais e de alunos é nos aliarmos com os*
204 *pais dos colegiados e os alunos dos colegiados para fazer um trabalho mais concreto*
205 *da nossa participação”*. Em seguida a palavra é passada para Valuzia, que se
206 apresenta como ex-aluna e mãe de aluno da EMPMC, que afirma compartilhar os
207 mesmos sentimentos expressados pelo Professor Junior, alega conhecer o excelente
208 trabalho que a escola desenvolve há muitos anos, que ela vai fazer muita falta no
209 bairro. Finaliza dizendo que *“os cidadãos de Belo Horizonte deveriam ter o direito de*
210 *escolher onde os filhos vão estudar”*. Antes de passar a palavra para outras
211 manifestações, o Presidente do CME/BH anuncia que Maria do Socorro Lages
212 Figueiredo entrou na plataforma, para participar da reunião, deu as boas vidas para
213 ela, para Sandra da Conceição Aparecida dos Santos e para o Elias Lopes de Freitas,
214 que junto com ele passaram a integrar esse Conselho. Os novos conselheiros
215 agradecem a acolhida e em seguida a palavra é passada para Maria Zenaide (avó de
216 uma aluna da EMPMC), que afirma conhecer a EMPMC a pouco tempo, que pondera
217 ser *“importantíssimo que se tenha esse fluxo que vocês estão falando, com essa ida*
218 *para a Carangola. Esse fluxo tem que aumentar sim, porque as nossas crianças*
219 *precisam da escola”*. Na sequência a palavra é dada para Adriana Cardoso, mas quem
220 fala é o seu marido Wagner, pai da aluna Laura, aluna EMPMC – sala 701. Ele
221 cumprimenta a todos e afirma que *“a fala dos professores em relação a qualidade do*
222 *ensino que e a metodologia é realmente sem comentários. Se nós tivéssemos mais*
223 *escolas na cidade com esse nível de ensino, com esse nível de comprometimento dos*
224 *profissionais, eu tenho certeza de que a população estaria muito satisfeita”*. Afirma
225 que deveria se o direito dos pais em matricular seus filhos na escola que bem
226 entendessem e pergunta *“em que os pais podem contribuir no sentido de ajudar para*
227 *que a escola não acabe, que tenhamos a possibilidade escolher onde nossos filhos*
228 *vão estudar”*. Afirma que foi bom para sua filha estudar na EMPMC, desde 2020, e,
229 que quer saber *“como os pais podem contribuir para a continuidade da escola*
230 *principalmente para abastecer o atual local, no Santo Antônio, de alunos. Se houver*
231 *essa flexibilidade de termos o direito de podermos matricular nossos filhos,*
232 *independente de em que bairro moram - facilitaria bastante”*. Finaliza sua fala se
233 colocando à disposição para ajudar no que for possível *“para que a escola permaneça*
234 *e não desapareça”*. Em seguida Cesar Eduardo de Moura afirma que não há mais
235 ninguém inscrito e questiona se podemos passar para outro ponto de pauta, ou se tem
236 mais alguém que queira se manifestar. Nesse momento Talita Barcelos Silva Lacerda
237 afirma que tem duas questões foram levantadas pelas famílias, que precisam ser
238 votadas, na perspectiva que encaminhá-las ao Gabinete de SMED, para que sejam
239 respondidas, a saber: 1) A garantia do estabelecimento da construção contínua de um
240 fluxo, na região onde agora está a EMPMC; 2) Efetivação de se poder matricular na
241 escola, independente da região (matrícula extra jurisdição). O presidente do CME/BH
242 pergunta se mais alguém quer se manifestar, a Conselheira Vânia Gomes Michel
243 Machado pergunta à Talita Barcelos Silva Lacerda, *“você está propondo que a plenária*
244 *vote, que o Conselho encaminhe ao Gabinete uma manifestação colocando a*
245 *discussão que foi feita neste momento ou votando alguma coisa a favor dessas duas*
246 *manifestações das famílias?”* Afirma que quer entender *“o teor/ a real proposição do*
247 *encaminhamento”*. Dando prosseguimento a Conselheira Daise Aparecida Palhares
248 Diniz Silva afirma que *“entendeu que seria uma manifestação, solicitando esse*
249 *compromisso de manter esses dois aspectos demandados pelas famílias aqui.*
250 *Solicitando esse compromisso da SMED/BH em manter esses dois pontos listados”*.

251 Talita Barcelos Silva Lacerda aponta que *“como foi uma manifestação que veio das*
252 *famílias, dos munícipes, é preciso oficial à SMED/BH, no sentido manifestar acerca*
253 *destes dois pontos que foram colocados pelas famílias”*. Esclarecida a proposição a
254 proposta foi colocada em votação, e, apurados os votos, a proposta foi aprovada com
255 12 (doze) votos favoráveis e 02 (duas) abstenções. Em seguida o Presidente do
256 CME/BH informa que vai passar para o próximo ponto de pauta, a saber: Escola
257 Aberta: discussão sobre as mudanças em curso. Destaca que teremos um Professor
258 que vai fazer a apresentação de uma manifestação. Na sequência a Conselheira
259 Daise Aparecida Palhares Diniz Silva informa que *“o Professor Douglas esteve na*
260 *última plenária e, foi feito o convite para ele vir hoje, falar sobre a questão em pauta.”*
261 César Eduardo de Moura dá as boas vindas ao professor, que inicia sua fala
262 cumprimentando a todos, agradece a oportunidade de estar presente na plenária para
263 tratar de uma pauta tão importante. Destaca que o Programa Escola aberta está na
264 Rede desde 2004 e faz parte da Educação Integral, junto com o programa Escola
265 Integrada. Afirma que o Programa oferece oficinas pedagógicas, didáticas para
266 jovens, curso preparatórios para adultos, além de favorecer atendimento de
267 qualificação profissional para jovens e adultos da Rede Municipal de Educação.
268 Informa que saiu de uma reunião muito produtiva com a Secretária Ângela Imaculada
269 Loureiro de Freitas Dalben, que ouviu as demandas dos profissionais e do programa.
270 Afirma que estão alinhados com a Prefeitura, com a SMED/BH, e com a expectativa
271 de em breve retomares as atividades junto à comunidade escolar – fazendo um
272 retorno seguro, respeitando os protocolos sanitários vigentes no município. Antes de
273 encerrar sua fala, agradecer a professora Daise Aparecida Palhares Diniz Silva e
274 Maria do Socorro Lages Figueiredo - que participou da reunião de hoje na PBH - a
275 Secretária Municipal de Educação e a PBH. Finalizada a fala do professor, a
276 Conselheira Daise Aparecida Palhares Diniz Silva afirma que pelo que entendeu, a
277 reunião que participaram na PBH teve um bom encaminhamento, e, não há mais o
278 risco do Programa Escola Aberta acabar. Em seguida questiona se é esse o
279 entendimento, se ao voltar o Programa será no mesmo formato – sem demissão, sem
280 tirar coordenadores e professores. O professor Douglas informa, em seguida, que *“foi*
281 *marcado como o Vereador Leo Burguês, uma reunião com a Secretária Municipal de*
282 *Educação, que afirmou que o programa não vai acabar – que vai retomar as suas*
283 *atividades”*. Destacou que *“ficou para ser debatida posteriormente, apenas a questão*
284 *de ressarcimento dos membros do programa*. Na sequência a Conselheira Maria do
285 Socorro Lages Figueiredo destaca que estar no Conselho *“será um tempo de*
286 *aprendizagem*, que a reunião citada pelo Douglas foi uma de muitas que tratou da
287 temática do Programa Escola aberta, muitas puxadas por ele, representando os
288 demais profissionais, junto com outros 09 (nove) representantes de cada Regional -
289 uma temática importantíssima, para todos que acreditam no Programa”. Afirma que o
290 Programa não voltará nos mesmos moldes de antes, porque o termo de “voluntariado
291 ressarcido” é considerado ilegal. Destaca que *“hoje, como em outros momentos, foi*
292 *pedido ao grupo calma e confiança na SMED, um Governo que se preza, não fecha*
293 *escola, não acaba como política pública, pelo Contrário, o sonho de qualquer*
294 *professor é derrubar muros. A escola tem que ser aberta literalmente – abrir ideias,*
295 *portas e muros”*. Pontua, na sequência que a *“Secretária quer fazer um desenho de*
296 *uma Cidade Aberta, e para isso tem articulado com outras pastas – Cultura, Esportes,*
297 *Parques e Jardins - para pensar um programa muito mais abrangente, não só a escola*
298 *como equipamento público”*. Assevera que *“o que foi acordado hoje é que nesse*
299 *primeiro momento - de segunda à sexta - a escola que tem EJA, já será aberta. Não*
300 *existe, ainda, neste ano o voluntário ressarcido, mas existe grupos nas comunidades*

301 *que já têm uma organização com o grupo de futebol, de dança, de leitura, que pode*
302 *sim usar o espaço. Eu e a Secretária temos visitados muitas escolas e há diretoras*
303 *com a organização”. Destaca em seguida que “fez uma reunião com os diretores*
304 *regionais para dar esse comunicado, eles têm até amanhã para fazer isso. A partir de*
305 *segunda-feira as escolas, que têm EJA, estarão abertas à noite”. Salenta que “elas*
306 *têm porteiro, faxineiras e que a escola no outro dia, às 7 (sete) horas da manhã, tem*
307 *que estar aberta e limpa para receber os estudantes na parte da manhã”. Destacou,*
308 *ainda, que “enquanto isso o jurídico, o Secretário de Planejamento e um grupo da*
309 *SMED estão pensando em possibilidades”. Na sequência a Conselheira Daise*
310 *Aparecida Palhares Diniz Silva dá as boas-vindas a todos, afirma que acha*
311 *“fundamental melhorar a escola e ampliar os bons programas que já temos”, na*
312 *sequência afirma: “que bom que a SMED vai fazer isso, mas espero que não se*
313 *esqueçam de colocar a comunidade neste debate, pois a Escola Aberta é muito*
314 *importante para elas”. Em seguida o Presidente do CME passa a palavra para*
315 *Douglas, que afirma que ele e um grupo estavam, até a pouco, reunidos com a*
316 *Secretária Municipal de Educação, com a Conselheira Maria do Socorro Lages*
317 *Figueiredo, agora “estão acompanhando essa plenária 11(onze) representantes das*
318 *regionais da BH, pois sabemos da importância desse Conselho”. Na sequência*
319 *agradece o presidente do CME/BH, a Conselheira Daise Aparecida Palhares Diniz*
320 *Silva e a Conselheira Maria do Socorro Lages Figueiredo pela oportunidade de estar*
321 *participando da Plenária”. César Eduardo de Moura, pergunta sem seguida se*
322 *“podemos avançar para o próximo ponto de pauta”, o Conselheiro Marcus Vinícius*
323 *Lindenberg Fróes solicita à Maria do Socorro Lages Figueiredo, que encaminhe ao*
324 *CME/BH, via e-mail, a legislação que trata da ilegalidade do voluntariado ressarcido,*
325 *destaca que “não é para fazer um controle externo, mas para compreender a natureza*
326 *da discussão que foi realizada no seu escopo”. Dando prosseguimento César Eduardo*
327 *de Moura pergunta à Conselheira Maria do Socorro Lages Figueiredo se é possível*
328 *compartilhar o documento solicitado pelo Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg*
329 *Fróes, e ela afirma que sim, destacando que “se trata de uma lei, que encaminhará*
330 *via e-mail do CME/BH”. Na sequência o Conselheiro Ananias Neves Ferreira*
331 *cumprimenta a todos, registrando sua presença a partir daquele momento. O*
332 *Presidente do CME/BH, propõe e é acatado o tempo inicial de 20 minutos para a fala*
333 *da Professora Eliani Maria Brito sobre as Avaliações diagnósticas na RME/BH e as*
334 *ações que estão sendo feitas junto aos estudantes com dificuldade de*
335 *aprendizagem, no contexto da pandemia. A supracitada professora cumprimentou*
336 *todas(os) e destacou que foi feito um levantamento das avaliações externas:*
337 *Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Sistema Mineiro de Avaliação e*
338 *Equidade da Educação Pública (SIMAV) – que trabalham com dois pilares, a saber:*
339 *“proficiência/aprendizagem em língua portuguesa e matemática” e na “taxa de*
340 *aprovação”. Informa que a partir dos dados das referidas avaliações foi criado um*
341 *“Painel”, enviado à todas as escolas da RME/BH. O referido “Painel” mostra como*
342 *cada escola se comportou no período de 2005 a 2019, nas já citadas proficiências*
343 *e taxas de aprovação - lembrado que é preciso ter um equilíbrio entre elas. Assevera*
344 *que “se não houver um equilíbrio nas taxas de aprovação” e de proficiência “a gente*
345 *perde no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é calculado*
346 *por esse equilíbrio tempo do aluno na escola X proficiência”. Afirma que Rede*
347 *Municipal de Educação tem uma defasagem, que é acompanhada pela SMED/BH,*
348 *assevera que foi feito um levantamento de todos os alunos que estavam no segundo*
349 *ano em 2019 – onde não há retenção e que, portanto, passaram para o terceiro ano*
350 *em 2020. Destaca, na sequência, que em 2020 “veio a Pandemia assim não houve*

351 *retenção na RME/BH, portanto estes alunos estão no quarto ano e no quinto ano*
352 *praticamente analfabetos*". Em seguida esclarece foram encaminhando para as
353 escolas planilhas que comprovam que eles não sabem ler, nem fazer cálculos de
354 forma fluente. Informa, em seguida, que em todas as escolas foram feitos
355 agrupamentos de no máximo 12 (doze) alunos, colocados professores com dobra,
356 que passam por uma formação para trabalhar especificamente com os alunos que
357 ficaram em defasagem tanto em língua portuguesa, como e em matemática. Afirma
358 que estes alunos, desde agosto/setembro, estão sendo monitorados, que "*depois*
359 *tiverem consolidado as habilidades do segundo e do terceiro anos, poderão retornar*
360 *às suas turmas originais – quarto e quinto anos - e seguir adiante.* Na sequência
361 apresenta o já citado painel, possui dados de várias por escolas – todos públicos -
362 e afirma que "*só juntaram os dados, se a escola quiser ver à taxa de aprovação de*
363 *uma outra escola ou o percentual de alunos com baixo desempenho é só entrar*
364 *“site” do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*
365 *(INEP).* Reitera que o painel mostra para todas as escolas da RME/BH e "*a evolução*
366 *dos alunos nas avaliações externas – a taxa de aprovação, de acertos e o descritor –*
367 *possibilitando assim o monitoramento das aprendizagens e a proficiência na língua*
368 *portuguesa e na matemática.* Em seguida a Professora Eliani Maria Brito apresenta
369 dos dados de uma escola, que mostra evolução dos alunos (habilidades consolidadas
370 ou não) e a melhora da proficiência a partir do trabalho que está sendo desenvolvido.
371 Assevera que vão avaliar aluno por aluno para ver como cada um está hoje, em 2021,
372 e os dados serão organizados em planilhas - forma encontrada para enxergar os alunos
373 dentro das escolas e aferir quais habilidades essenciais já estão consolidadas ou não.
374 Destaca que as habilidades não consolidadas deverão ser trabalhadas pelos
375 professores, na perspectiva de que os alunos possam seguir em seus percursos
376 escolares. Esclarece, ainda, que as habilidades a serem trabalhadas são muitas, que
377 não é possível dar ênfase a todas - nesse curto espaço de tempo – portanto são
378 priorizadas àquelas essenciais para eles continuarem com a sua turma inicial. Afirma
379 que há alunos que participam das atividades extras no mesmo turno em que estão
380 matriculados, e outro no contraturno. Salienta que a equipe de monitoramento e os
381 professores que estão trabalhando com os agrupamentos de alunos estão fazendo o
382 acompanhamento com a equipe do Centro Pedagógico da Universidade Federal de
383 Minas Gerais da Universidade Federal de Minas Gerais (CP/UFMG). Salienta que as
384 escolas vão receber o resultado de cada aluno, a Regional vai receber o resultado
385 suas escolas e SMED vai receber o resultado de toda as escolas da Rede. No final
386 de sua fala Professora Eliani Maria Brito informa que neste ano: a Prova Brasil, vai ser
387 aplicada no período de 08 (oito) de novembro até 10 (dez) de dezembro; os alunos do
388 quinto e nono anos serão avaliados em português e matemática; algumas escolas do
389 nono anos serão avaliadas em ciências; o segundo ano também vai ter uma avaliação
390 amostral e também faremos uma avaliação do nosso Sistema Mineiro de Avaliação,
391 que vai acontecer de 29 de novembro a de dezembro, para todos os alunos do
392 segundo, quinto e nono ano. farão a prova censitária. Informa que ainda há alunos
393 que "*estão no remoto*", e está sendo pedido para as escolas que no dia da aplicação
394 das provas o aluno vá para escola. Ressalta a importância de que todos os alunos
395 façam as avaliações, para que possamos saber o tamanho do prejuízo que temos hoje.
396 Finalizado o tempo de fala o presidente do CME/BH fala um pouco a importâncias das
397 avaliações, destaca que a Rede Municipal adotou o contínuo de dois anos de
398 escolaridade para o cumprimento das 1600 (mil e seiscentas) horas de 2020 e de
399 2021, nos termos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas
400 educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública

401 reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº
402 11.947, de 16 de junho de 2009. Em seguida abre espaço para quem deseja fazer
403 perguntas. Talita Barcelos Silva Lacerda destaca inicialmente que o Conselho
404 construiu coletivamente, em maio do ano passado, um documento de muita qualidade,
405 antes mesmo do parecer e da lei serem publicados. Em seguida aponta a necessidade
406 de se ter outro tempo para analisar os dados apresentado, uma vez que eles não
407 foram encaminhados previamente, e afirma que pela lei de acesso à informação é de
408 responsabilidade dos entes, sejam eles federal, estadual ou municipais a organização,
409 divulgação e disponibilização desses dados. Destaca que em 2019 a Câmara Técnica
410 de Orçamento e Financiamento (CTOF), pouco antes da pandemia, começou “a se
411 debruçar sobre a necessidade da melhoria da organização e disponibilização desses
412 dados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)”. Solicita, em seguida, que
413 os dados sejam encaminhados para a Secretaria Executiva do CME/BH, para que
414 sejam disponibilizados para os conselheiros, compreendendo que eles serão
415 fundamentais para analisar e avaliar o Plano Municipal de Educação de Belo
416 Horizonte – PME/BH, lembrando que o CME/BH já havia acordado em não fazer
417 eleição para novos conselheiros, mas manter a Conferência Municipal de Educação,
418 para avaliar a aplicação do citado Plano, nos últimos dois anos e cotejar com as metas.
419 Em seguida questiona: *“Foi instituído uma avaliação sistêmica municipal ou a forma
420 de avaliação foi somente por meio planilhas que você citou? Essas planilhas foram
421 construídas com base nas avaliações sistêmicas, que estão instituídas em nível
422 federal ou estadual, ou com base no Currículos Mínimos? O olhar do Professor é
423 apreendido por meio de uma informação objetiva, preenchido em uma planilha? Como
424 os professores específicos para monitorar a aprendizagem, que trabalham com
425 pequenos grupos de aulas estão fazendo o monitoramento? Também é por meio das
426 planilhas? Existem planilhas para grupos específicos?”* Em seguida afirma que caso
427 a expositora não consiga responder estas perguntas neste momento, em função do
428 nosso teto, deixa o encaminhamento de seja feito um encontro, para que a Professora
429 Eliani Maria Brito possa falar mais detidamente, respondendo às perguntas. Destaca,
430 ainda, produções acadêmicas de Dine Ravitech e Marina Avelar, que tratam de
431 avaliações. Aponta ainda a necessidade discutir a avaliação neste contexto de
432 pandemia. Na sequência Professora Eliani Maria Brito afirma: *“não temos um Sistema
433 Municipal de Avaliação, já tivemos, mas não temos mais”*, e informa que as avaliações
434 diagnósticas que foram feitas a partir do Currículo Essencial, dos descritores
435 necessários para que os alunos possam seguir em frente. Assevera que quando
436 falam do olhar dos professores não significa que eles tiveram contato direto como os
437 alunos. O que aconteceu, em 2020 a 2021, foi que os professores repassaram as
438 atividades para os alunos, receberam de volta, corrigiram - sem saber se foram
439 realmente os alunos que responderam, ou se tiveram ajuda de alguém - pegaram as
440 planilhas que enviamos, assinalaram quais as habilidades, de cada aluno, teriam sido
441 consolidadas, as que estão em processo, as que não foram consolidaram e as que
442 não foram possíveis avaliar. Ressalta que a segunda avaliação diagnóstica foi em
443 formato de itens – a expectativa é que os alunos já estejam nas escolas – e será feita
444 uma comparação da primeira. Nesse momento Talita Barcelos Silva Lacerda sugere
445 que a Professora Eliani Maria Brito seja convidada para um outro momento, talvez na
446 Câmara Técnica de Gestão do Sistema e da Escola, para possam ser feitos alguns
447 encaminhamentos. Finalizado o tempo da pauta o Presidente do CME/BH avaliou que
448 realmente o tempo para exposição da professora Eliani Maria Brito foi pouco, visto
449 que a pauta da plenária está muito extensa, concorda o tema possa ser aprofundado
450 em reunião da citada Câmara Técnica. Dando continuidade César Eduardo de Moura

451 passa a palavra para o Conselheiro Joaquim Calixto Filho que aponta a necessidade
452 de se trabalhar com os alunos as dificuldades que eles estão tendo com outras
453 matérias, além da língua portuguesa e matemática. Dando prosseguimento o
454 Pretendente do CME/BH passa a palavra para o Conselheiro Allan Oliveira Mendes,
455 que agradece e questiona que *“faltando um mês para terminar o suposto ano letivo a*
456 *Gerência de Autorização e Funcionamento da Educação Infanti (GAFIN) ”* propõe que
457 o aprofundamento era o mesmo proposto pela Conselheira Talita Barcelos Silva
458 Lacerda, em seguida assevera ser inconcebível que até o momento a Secretaria
459 Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED/BH) não tenha informações para
460 passar sobre o ano letivo de 2022 e propões que a Professora Eliani Maria Brito esteja
461 presente na próxima plenária para aprofunda no tema que trouxe e responder os
462 questionamento que a Conselheira Talita Barcelos Silva Lacerda trouxe. A citada
463 Conselheira propões, em seguida, 02(dois) encaminhamentos, a saber: *“pauta a*
464 *discussão para a Câmara Técnica de Gestão do Sistema e da Escola, dar*
465 *continuidade da discussão na próxima Sessão Plenária - com a presença da*
466 *Professora Eliani Maria de Brito nas duas reuniões. Colocada em votação, a proposta*
467 *foi aprovada por 14 (quatorze) votos a favor e (02) duas abstenções. Ato contínuo o*
468 *Presidente do CME/BH agradece a participação da Professora Eliani Maria de Brito,*
469 *afirmando que ela em breve estará conosco em duas atividades. A mencionada*
470 *Professora agradece o convite, destaca gosta muito de falar sobre a temática. Na*
471 *sequência, César Eduardo de Moura, informa que são 20h28min, que a previsão de*
472 *teto inicial era às 20h30min, propões que o teto seja estendido até às 21h. Como não*
473 *houve nenhuma manifestação em contrário, a proposta foi aprovada. Em seguida o*
474 *presidente do CME/BH destaca o próximo ponto de pauta, a saber: Acompanhamento*
475 *do processo de matrícula e encaminhamento dos estudantes para o ano de 2022.*
476 *Talita Barcelos Silva Lacerda, afirma que se trata mais uma “demanda trazidas pelas*
477 *famílias, relativa ao cadastramento/matriculas deste ano”.* Pontua que com a chegada
478 pandemia, com empobrecimento da população, a forma de cadastramento, que é *“on*
479 *line”*, e a *“necessidade de confirmação”* tem sido um dificultador. Afirma que *“é preciso*
480 *solicitar informações acerca de como tem se dado esse processo; quais as*
481 *dificuldades que a SMED/BH tem identificado e fazer talvez uma consulta às escolas”.*
482 Finalizada a fala da Conselheira, o presidente do CME/BH pergunta se mais alguém
483 quer se manifestar, o Conselheiro Joaquim Calixto Filho questiona *“por qual motivo as*
484 *famílias não podem cadastrar o aluno(s) na escola de preferência dela”.* A pedido do
485 presidente do CME/BH a Conselheira Daniela Cristina de Melo e Silva afirmou que *“o*
486 *ano passado foi um ano atípico, inclusive porque não tivemos a estrutura que sempre*
487 *tivemos, mas neste ano já foi possível realizar várias estratégias, que facilitam o*
488 *preenchimento do cadastro”.* Pontuou que antigamente muitas as famílias preenchiam
489 mais de um cadastro, dependendo da quantidade de filhos e de suas idades – havia
490 um link para o atendimento de 00 (zero) a 03 (três) anos, outro para o atendimento de
491 04(quatro) e 05 (cinco) anos e um terceiro para o atendimento do fundamental – os
492 sistemas eram diferentes e com entradas diferentes. Asseverou que neste ano foi
493 possível unificar o cadastro e *“as famílias inserem as informações básicas –*
494 *responsável, endereço etc.- e depois preenche os outros dados com o “X” – seja da*
495 *educação infantil de 0 a 5, seja do ensino fundamental ou EJA”.* Explicou que há no
496 cadastro uma classificação por vulnerabilidade, que e que antigamente tinha 05
497 (cinco) etapas, mas agora ficou *“mais enxuto”*, destacando em seguida que há 10
498 (dez) vagas para o tempo integral, que são priorizadas para os mais vulneráveis. Na
499 sequência pontua que a partir dos 02 (dois) anos todos as crianças foram atendidas,
500 no próximo ando foi assumido o compromisso de atender todos os cadastrados de 01

501 (um) ano. Outro ponto destacado foi a Central de Atendimentos Telefônico para tirar
502 dúvidas e realizar o cadastro – foram disponibilizados 18 (dezoito) números de
503 telefone, para atender às famílias e realizar o cadastro, inclusive em 02 (dois) sábados
504 - salientou que para o próximo ano está sendo pensado o uso de um PABX para o
505 atendimento. Destacou que as matrículas encerram amanhã, dia 05 de novembro.
506 Afirmou que apenas 15 (quinze) crianças não tinham CPF - obrigatório para realização
507 do cadastro deste ano e que garante que não haja duplicidade – mas famílias
508 orientadas, conseguiram fazer o e o cadastro de seus filhos. Destaca que não há
509 duplicidade no cadastro da SMED. Houve, ainda, o envio de mais de 12.000 (doze
510 mil) SMS enviados pelas famílias, para realização dos cadastros. Em seguida a
511 Conselheira Daniela Cristina de Melo e Silva destaca outra mudança que aconteceu
512 foi a *“matricula por encaminhamento ou matrícula direta”*, ou seja que as crianças que
513 estavam saindo da Educação Infantil e que foram para o primeiro ano do Ensino
514 fundamental – pondera, que se *as crianças já estão na RME/BH, já temos os dados*
515 *da família, e como já foi falado antes - organizamos as jurisdições de forma que se*
516 *garanta um percurso escolar – a vaga das crianças já estavam asseguradas e as*
517 *famílias e as escolas já entenderam o processo. Assevera que foi criado um sistema*
518 *de suporte da matrícula virtual (com os dados das crianças, a saber: nome, endereço,*
519 *telefone, nome do responsável) que todas as escolas têm acesso, para que possam*
520 *fazer uma busca ativa e certificar que família vai querer a vaga, neste último caso é*
521 *perguntado o motivo da recusa. Assevera que esse aceite é muito importante, pois*
522 *nos anos anteriores a matrícula só era efetivada no sistema no ano posterior, então a*
523 *organização e efetivação real de turmas só era feita em fevereiro, depois que lança*
524 *no Sistema de Gestão Escolar (SGE) e corríamos o risco encerra uma turma, não*
525 *chamar uma criança que estava na lista de espera. 2717 Agora a família entra com o*
526 *aceite - usando o CPF. A data de nascimento do responsável e ela aceita ou recusa a*
527 *vaga, nós conseguimos organizar o atendimento para o próximo ano, pois podemos*
528 *saber que das 50 crianças encaminhadas para uma determinada escola, quantas*
529 *aceitaram, quantas recusaram e quantas não manifestaram. Temos um percentual de*
530 *68% de manifestações dos aceites. Finalizada a fala de Daniela de Melo e Silva, O*
531 *presidente do CME/BH agradece a Conselheira e afirma que “vai fazer uma fala na*
532 *condição de Diretor de Autorização e Organização da Escolar da Rede Municipal e*
533 *parceiro da Daniela de Melo e Silva na organização do cadastro escolar e matrículas*
534 *na RME/BH, quero esclarecer para o Joaquim Calixto Filho que por lei o poder público*
535 *- prefeitura e estado - dentro das divisões de atribuições, que são estabelecidas pela*
536 *Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tem*
537 *garantir o acesso à escola pública e gratuita próxima da residência, conforme o inciso*
538 *V, art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Então é por isso que temos*
539 *a organização das jurisdições na Cidade de Belo Horizonte, para que a gente possa*
540 *fazer a distribuição das vagas na cidade atendendo prioritariamente na região mais*
541 *próxima da residência de cada família”.* Pontua que *“essa é a lógica que define a*
542 *nossa organização de jurisdições. Temos Jurisdições que são compartilhadas com o*
543 *Estado; Jurisdições que são exclusivamente de atendimento de escolas municipais e*
544 *jurisdições que o atendimento é só do estado. Então a gente faz esse manejo das*
545 *jurisdições junto com a Rede Estadual, para definir o fluxo de encaminhamentos,*
546 *sendo que no caso da Educação Infantil, a obrigação de atendimento é do município.*
547 *Então a gente faz o atendimento, organizado para todas as etapas demandas de*
548 *educação no município, dentro daquilo que a Daniela de Melo e Silva explicou, das*
549 *distribuições considerando a disponibilidade de vagas – nós estamos, para o ano que*
550 *vem, trabalhando para a garantia de todas as vagas demandadas pelas crianças a*

551 partir de 01 (um) ano , na educação infantil e no ensino fundamental a gente tem as
552 jurisdições que são compartilhadas, as exclusivas da Rede Municipal e as exclusivas
553 da Rede Estadual. Fazemos a distribuição destas jurisdições na cidade de modo que
554 não haja estudantes do Ensino Fundamental e crianças da Educação Infantil que não
555 sejam contemplados com vagas nos segmentos que a gente já tem, esse atendimento
556 garantido. Afirmo que é importante a gente situar isso, por que a família pode fazer a
557 matrícula numa escola que seja fora da sua jurisdição? Pode, desde que tem vaga
558 disponível na escola. Nós vamos preencher prioritariamente todas as vagas de uma
559 escola com todo público que está no raio mais próximo daquela escola, porque eu não
560 posso tirar a vaga de alguém que está próximo, para atender alguém que está fora
561 daquela jurisdição – exceto em casos excepcionais, em que a gente tem alteração de
562 fluxo e que a gente tenha demanda de excepcionalmente atender fora de uma
563 jurisdição, o público que é de outra – são as excepcionalidades que são forçadas por
564 circunstâncias às vezes alheias ao desígnios da própria política do município, que
565 pode ser por exemplo um problema circunstancial em uma escola, por exemplo, um
566 problema na estrutura do prédio, que eu tenho que deslocar essa escola para outra
567 região, para contemplar o atendimento daquele público, fora daquele lugar. Asseverou
568 em seguida, que estas são diretrizes de políticas que nós somos obrigados a observar,
569 temos que ser rigorosos nisto, porque o Ministério Público está atento ao que a
570 prefeitura faz, a Defensoria Pública está atenta, e a gente tem que prestar contas em
571 todos os sentidos. Afirmo que quer ressaltar também que a questão do CPF que a
572 Daniela de Melo e Silva citou, a gente evita várias situações. O estudante ter o CPF é
573 importante para nós, a gente evita a duplicidade de matrículas, podemos ter situações
574 com a que tivemos na Pandemia de estudantes que foram matriculados numa escola
575 com o CPF do pai e em outra escola com o CPF da mãe. A gente teve estas
576 dificuldades que temos administrado, mas com o CPF dos estudantes isso acaba,
577 porque nós vamos ter o estudante como cidadão e muitas vezes até as pessoas não
578 sabem, nós temos uma lei que obriga, se não me engano desde 2016 ou 2017, a
579 emissão do registro civil com o CPF. As crianças menores de 4(quatro) e 5 (cinco)
580 anos, todas já em CPF. Outra informação é que o Instituto Nacional de Estudos e
581 Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) vai padronizar o censo escolar a partir
582 de 2023, para que a gente tenha todos os registros de estudantes no Censo Escolar
583 com CPF. Nós já estamos planejando adequações inclusive no SGE para fazer esse
584 registro, inclusive considerando hipótese, que nós vamos ter que contemplar, de
585 pessoas que nós não vamos poder por exemplo registrar o CPF, por medida judicial.
586 Tem famílias que estão em programas de proteção à testemunha que eu não posso
587 registrar o CPF do pai, da mãe e de ninguém. Como é que vamos lidar com isso, diante
588 da demanda que vem para nós pela regulamentação do Censo Escolar para registro
589 de todos os estudantes do país com CPF, a partir de 2023. Nós estamos trabalhando
590 nesse planejamento, nessa organização para que a coisa aconteça da melhor forma
591 possível. Em seguida o Presidente do CME/BH encerra sua fala, abre para proposição
592 de questões e encaminhamentos, lembrando que já são 22h52min. Em seguida Talita
593 Barcelos Silva Lacerda agradece os esclarecimentos acerca da organização técnica
594 de todo o processo de matrícula, mas a nossa preocupação, quando a gente recebe
595 essas demandas das famílias, dos municípios - principalmente no ano passado
596 tivemos muitos e-mail remetidos - tivemos várias plenária que discutimos as questões
597 das matrículas, nossa preocupação é com a dificuldade que as famílias encontram,
598 uma dificuldade objetiva – eu não estou com meu filho matriculado. Mais uma vez
599 estão chegando para a gente, caso de crianças que não estão matriculadas e aí a
600 gente sabe que tem um problema muito grande, que agora é a questão da exclusão

601 escolar, eu sou por uma questão de perspectiva pedagógica, estou conta a utilização
602 do temos “evasão escolar”, considerando o contexto de exclusão escolar que a gente
603 está vivenciando, com muitas crianças indo para o trabalho infantil. Então uma
604 questão da realidade material das famílias, que estão tendo muita dificuldade. Então,
605 independente de toda essa organização, que é importante, mas a gente está
606 conseguindo chegar nas famílias? Está conseguindo fazer com que todas as crianças
607 em Belo Horizonte estejam matriculadas? A gente ainda precisa trabalhar isso melhor,
608 então minha sugestão de encaminhamento é mais um trabalho para a Câmara
609 Técnica do Sistema de fazer esse acompanhamento, de identificar se tem crianças na
610 cidade de Belo Horizonte, estabelece um diálogo com o seguimento das famílias, com
611 o segmento dos estudantes, para identificar se está tendo. com a gente já identificou
612 que está – enquanto tiver uma criança sem matrícula. Minha sugestão é essa, para a
613 gente encaminhar esse acompanhamento para a CTGSE, para fazer esse
614 acompanhamento – como tem sido a recepção pela cidade de Belo Horizonte, pelos
615 municípios, conseguir efetivar essas matrículas. Na sequência o presidente do CME/BH
616 pergunta se mais alguém que propor mais algum encaminhamento. Nesse momento
617 o Conselheiro Ananias Neves Ferreira concorda com o que a Conselheira Talita
618 Barcelos Silva Lacerda coloca, porque é muito fácil classificar a evasão quando as
619 questões são de exclusão, isso já vem há tempos, isso é dolorido e terrível para a
620 infância. Uma outra questão que acontece, também, é o que nós chamamos de Escola
621 de fronteira – é uma escola que na verdade a residência do menino está na outra
622 jurisdição, mas a proximidade da escola é da outra fronteira. Esse aspecto precisa ser
623 atendido, porque senão você vai penalizar e não vai cumprir o ECA. Daniela Cristina
624 de Melo e Silva, a pedido do Presidente do CME/BH, afirma que nestes casos as
625 crianças que estão em uma área limítrofe, de uma jurisdição para outra, às vezes é
626 uma rua, não tem como dividir e a criança pode estar mesmo mais próxima de outra
627 jurisdição, mas a gente precisa marcar um limite, a gente faz esses ajustes
628 manualmente. Esse caso, inclusive de crianças estão distantes, no ano passado a
629 gente conseguiu ligar para todas as crianças que marcaram a recusa, tentar realoca-
630 las. O Presidente acrescenta que a gente recebe inúmeras outras demandas de
631 atendimentos que chegam via Conselhos tutelares, abrigos de crianças, parceiros
632 dentro da própria prefeitura, tem todo um sistema de acolhimento de várias demandas,
633 sempre no esforço de não deixarmos nenhuma criança fora da escola. O conselheiro
634 Ananias Neves Ferreira afirma que o presidente tocou em um aspecto que realmente
635 tem um acolhimento institucional e às vezes ele na verdade muda de acolhimento,
636 porque retornou para a família e aí não tem vaga na jurisdição onde mora a família
637 para qual ele retornou e aí fica um tempão esperando. Outras vezes ele volta a ser
638 abrigado em outro abrigo de outra jurisdição, e aí costuma ficar um tempo longo
639 esperando, e às vezes há demandas de Conselhos Tutelares que demoram a serem
640 atendidos, por uma questão de que não tem vaga e às vezes se espera muito tempo
641 e que precisa amadurecida e avaliada de como pode ser atendido. Nesse momento o
642 Presidente do CME/BH e a Conselheira Daniela Cristina de Melo e Silva afirmam que
643 já existe um fluxo para esses casos e as matrículas são compulsórias – tendo vaga
644 ou não, a gente atende. César explica que o fluxo é: a demanda é encaminhada para
645 a Regional através de um formulário e a matrícula é processada de imediato. Em
646 seguida foi proposta mais uma prorrogação de prazo até às 21h10min, por ainda ter
647 duas questões de pauta a serem tratadas. O Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg
648 Fróes afirma que por uma questão de respeito até a profundidade das falas nas
649 discussões, e por segurança sugere o prazo até às 21h30min. Como não houve
650 nenhuma manifestação em contrário o presidente afirmou que é preciso votar o

651 encaminhamento da Talita Barcelos Silva Lacerda de que a questão seja pautada na
652 Câmara Técnica de Gestão do Sistema e da Escola a questão do acompanhamento,
653 da efetivação e garantia das matrículas pelas famílias da cidade de Belo Horizonte.
654 Colocada em votação a proposta foi aprovada por unanimidade. Passou-se então para
655 discussão da recomposição das Câmaras Técnicas, o presidente do CME/BH
656 formulou as seguintes propostas frente às alterações na composição do seguimento
657 dos representantes dos órgãos governamentais do Município, que agora é composto
658 por: Sandra da Conceição Aparecida dos Santos iria para a Câmara Técnica de
659 Educação Infantil, Elias José Lopes de Freitas, para a Câmara Técnica de Política
660 Pedagógica e Maria do Socorro Lages Figueiredo, para a Câmara Técnica de Gestão
661 do Sistema e da Escola. Antes de colocar a sugestão em votação pediu que os
662 conselheiros do seu segmento manifestassem concordância com a proposta
663 apresentada. Todos(as) concordaram com a sugestão, assim as Câmaras foram
664 recompostas. Dando prosseguimento foi aberta a discussão do ponto de pauta
665 referente à representação do CME/BH no Fórum Permanente de Educação do Estado
666 de Minas Gerais. Nesse momento Talita Barcelos Silva Lacerda afirma que, a exceção
667 da Câmara Técnica de Educação Infantil que continuou com suas atividades, é preciso
668 também reestabelecer o trabalho das Câmaras, uma vez estavam suspensos nesse
669 contexto de pandemia, destacando que elas se reúnem uma vez por mês. A Secretária
670 Executiva Elise Ferreira que acompanha os trabalhos da Câmara Técnica Educação
671 Infantil, informou que ela não parou de funcionar, destacou o grupo se reúne
672 normalmente 02 (duas) vezes por mês, o Secretário Executivo Alexander Gonçalves
673 Corradi informa as demais Câmaras se reuniam antes da pandemia, uma vez por mês.
674 Talita Barcelos Silva Lacerda sugere que seja colocado em votação que as demais
675 Câmara Técnica se reúnam antes da próxima Plenária, e que todas façam, próxima
676 plenária um relato da retomada. Na sequência o Conselheiro Joaquim Calixto Filho
677 solicita que a Secretaria Executiva verifique o que estava sendo discutido e
678 encaminhado pelas demais Câmaras Técnicas antes da pandemia. Na sequência o
679 Presidente do CME/BH pergunta se há alguma manifestação em contrário às
680 propostas da Conselheira Talita Barcelos Silva Lacerda e do Conselheiro Joaquim
681 Calixto Filho. Como não houve manifestação ficaram aprovadas as referidas
682 propostas. Na sequência passou-se a discussão acerca da Representação do
683 CME/BH no Fórum Estadual Permanente de Educação, Conselheiro Juvenal Lima
684 Gomes destacou a necessidade de se fazer a recomposição da representação,
685 porque no mês de março do próximo ano haverá a Conferência Estadual de
686 Educação de Minas Gerais - FEPEMG, seria importante a participação do CME/BH
687 nas discussões que serão feitas. Destacou que a representação vinha sendo feita
688 pela Bernadete Quirino Duarte Blaess, que era a Presidente do Conselho e o seu
689 suplente era o Leonardo Ferreira Goular, que com a questão da Pandemia, não pôde
690 mais participar das reuniões, que passaram a ser virtuais. Afirma que é *“fundamental*
691 *termos uma representação do CME/BH no FEPEMG, para que esse Conselho possa*
692 *deliberar naquele órgão sobre a política pública que é discutida no Estado como um*
693 *todo”*. Assevera que faz parte do FEPEMG, representando o Sindicato dos
694 Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO/MG), informa que neste momento
695 estão sendo organizadas conferências municipais e territoriais que preparam para a
696 Conferência Estadual de Educação do próximo ano. Destaca, ainda, a necessidade
697 de uma participação ativa na construção da política de educação no estado de Minas
698 Gerais. Em seguida o Presidente do CME/BH pergunta se alguém tem alguma
699 questão de encaminhamento, ou, que queira se candidatar como representante do
700 CME/BH no FEPEMG. Joaquim Calixto Filho se dispôs a representar o CME/BH no

701 FEPEMG, como Titular e a Conselheira Débora Alves Santos Ferreira como Suplente,
702 o que foi referendo pelo grupo de conselheiros presentes. Na sequência foi acordado
703 que a Secretaria Executiva encaminharia, ao FEPEMG, a decisão tomada nesta
704 Plenária, que será discutido na próxima reunião da Mesa Diretora a questão da
705 representação do seguimento dos pais de alunos das escolas municipais no CME/BH.
706 Às 21h35min, o Presidente do CME/BH, César Eduardo de Moura, encerrou a Sessão
707 Plenária Ordinária, agradecendo a presença de todos. O registro dessa Sessão foi
708 feito pela Secretaria Executiva do CME/BH e a gravação, na íntegra, encontra-se à
709 disposição dos interessados, por um período de 15 dias a partir da data desta
710 plenária.-----